



REQUERIMENTO Nº , DE 2026
(Do Sr. GILSON DANIEL)

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE) para debater "O Papel das Ouvidorias no Fortalecimento da Defesa Civil e no Desenvolvimento Regional: Transparência e Escuta Ativa em Situações de Calamidade".

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 e art.32, inciso II, alínea f; a realização de reunião de audiência pública para debater a integração entre os mecanismos de escuta cidadã e a execução de políticas de desenvolvimento regional e defesa civil.

Esta iniciativa insere-se no contexto das ações do Mês da Escuta Cidadã e da Participação Popular, em comemoração ao Dia Nacional do Ouvidor (16 de março), conforme o Projeto de Resolução PRC 2/2026. Nossa intenção é levantar subsídios sobre como a escuta ativa pode prevenir o mau funcionamento dos serviços administrativos em situações de crise e garantir transparência nos planos regionais.

Para atingir esses objetivos, sugerimos o convite dos seguintes representantes e autoridades:

- a) Presidente ou indicado do Conselho dos Bombeiros Nacional (LIGABOM);
- b) Coronel Alexandre Santos Cerqueira – Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES);
- c) Sra. Giselli Ballestrassi, Ouvidora-Geral do Estado do Espírito Santo (Representando as ouvidorias estaduais da região);



- d) Sr. Sebastião Carlos Ranna, conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES);
- e) Sra. Luciana Bertachini, Representante da Associação Brasileira de Ouvidores (ABO);
- f) Coronel Paulo Roberto Rezende, Representante da Defesa Civil de Minas Gerais (MG).

JUSTIFICAÇÃO

A realização desta audiência pública é imperativa para celebrar o Mês da Escuta Cidadã e o Dia Nacional do Ouvidor, reforçando o compromisso desta Casa com a transparência e a participação popular. A Ouvidoria Parlamentar tem o dever regimental de propor medidas para sanar ilegalidades e melhorar os serviços prestados pela Câmara, o que ganha relevância crítica quando se faz a interface com as competências desta Comissão.

A Comissão de Integração Nacional trata de temas sensíveis, como o sistema nacional de defesa civil, o combate às calamidades e os planos regionais de ordenação do território. Muitas vezes, o "mau funcionamento dos serviços" ou a "violação de direitos fundamentais" em regiões distantes da Capital Federal só chegam ao conhecimento do Parlamento através das reclamações e representações recebidas pela Ouvidoria.

Portanto, debater o fortalecimento desses canais de escuta é fundamental para garantir que o desenvolvimento regional seja inclusivo e que a resposta estatal em situações de emergência seja monitorada pelo controle social. A integração proposta visa transformar as queixas dos cidadãos em subsídios diretos para a atividade fiscalizatória e legislativa desta Comissão

Para além, a integração com ouvidores regionais e órgãos de controle, como o TCE-ES, visa garantir que o cidadão tenha canais efetivos para denunciar o mau funcionamento de serviços públicos em momentos de calamidade, transformando essas queixas em subsídios diretos para a atividade fiscalizatória desta Comissão.



Diante do exposto, e visando valorizar o papel do Ouvidor como mediador essencial entre o cidadão e o Estado, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de março de 2026.

Deputado GILSON DANIEL
Ouvidor-Geral da Câmara dos Deputados

